

ENTREVISTA

António Domingues de Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

“A contabilidade entrou numa nova era”

DE INSTRUMENTO MERAMENTE FINANCEIRO A FERRAMENTA DE GESTÃO, A CONTABILIDADE DEU, NOS ÚLTIMOS ANOS, PASSOS DE GIGANTE NA DIRECÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA.

António Domingues de Azevedo partilhou as suas preocupações face aos desafios que se colocam à contabilidade e aos profissionais que exercem esta actividade. A crise obrigou a algumas mudanças de mentalidade e de actuação, que abrem agora as portas a todo um novo mundo. Os profissionais têm novas oportunidades mas, para lhes dar resposta, necessitam de uma constante formação e actualização dos seus conhecimentos. Rigor e transparência são as palavras de ordem.

A crise trouxe novos desafios aos Técnicos Oficiais de Contas?

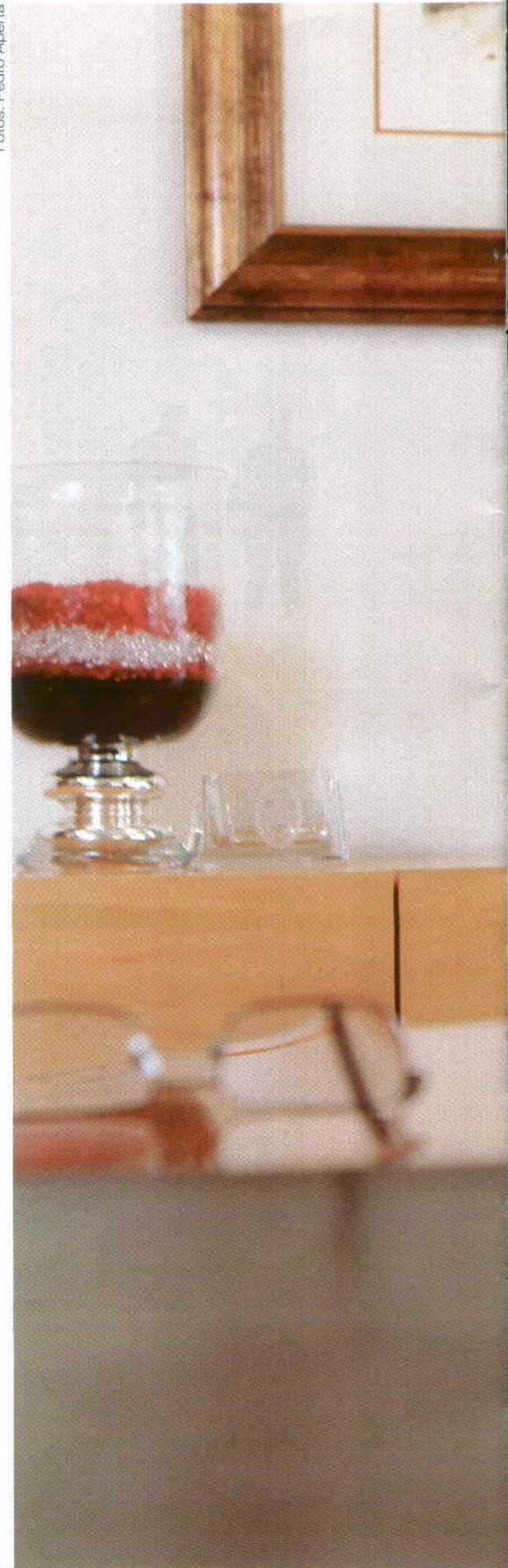
A contabilidade e a profissão dos contabilistas, neste pós-crise, veio levantar uma série de questões que até aí não eram uma necessidade no âmbito da contabilidade. Tínhamos um conceito de contabilidade assente na ideia de que a actividade interessava apenas a quem tinha empresas, a quem investia, como mecanismo de registar e aferir se os empresários estavam a ganhar dinheiro ou não. Era uma perspectiva meramente financeira. Esta crise veio espoletar uma consciência social diferente, embora estejamos numa sociedade onde cada vez mais o aspecto financeiro ganha importância em relação a outros, como os valores da humanidade e solidariedade. Quando há a falência de uma empresa, apesar de esta tocar os seus responsáveis, provoca

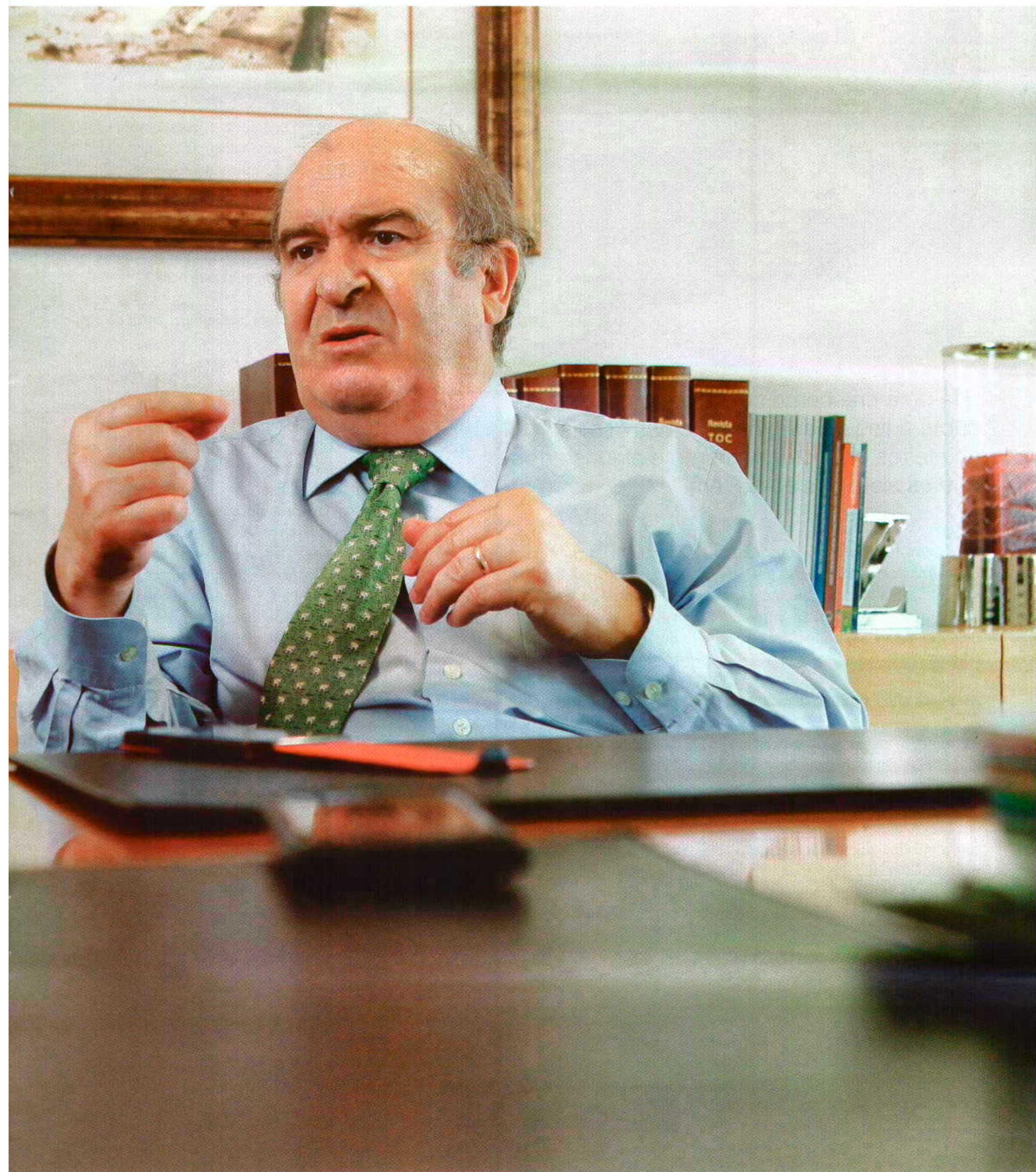
convulsões sociais. As empresas não são meros factores de rentabilidade dos capitais investidos; são também locais onde as pessoas cumprem os seus objectivos, estabilizam as suas vidas e realizam os seus sonhos. Por isso, o que esta crise veio salientar é que a contabilidade não pode ser vista apenas numa óptica económica e de interesse financeiro. Ela tem de ser vista também numa perspectiva preventiva.

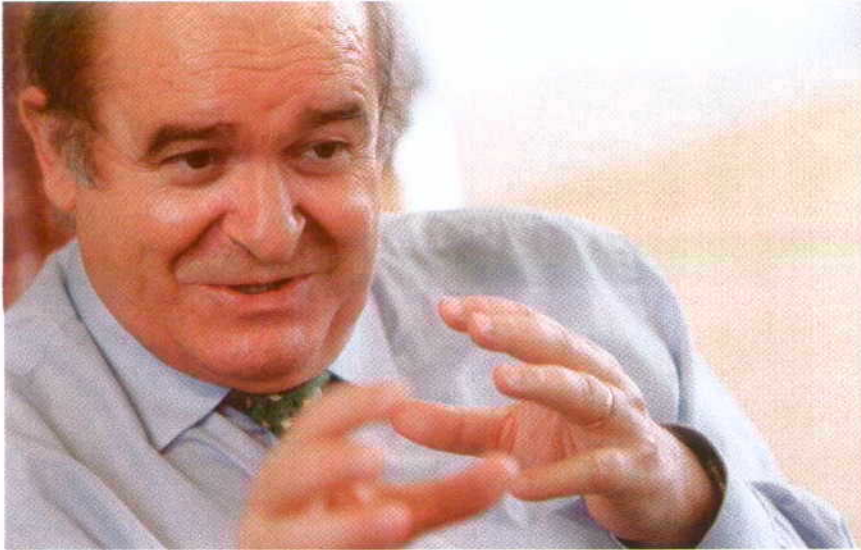
Como se consegue atingir este objectivo?

Se tivermos, através da contabilidade, mecanismos que nos permitam aferir determinada informação contabilística que vai conduzir a empresa a uma situação de instabilidade, teremos de aproveitar os sinais de alerta de modo a produzir as alterações necessárias para inverter a situação. Este é o grande desafio da contabilidade. Ele atribui à contabilidade uma dimensão completamente diferente, mas também aporta para os profissionais uma exigência muito maior. Uma contabilidade com esta vertente é uma contabilidade para a gestão e para as tomadas de decisão e não apenas para o Fisco. E essa contabilidade pressupõe algumas coisas fundamentais, que exigem aos profissionais rigor de actuação, conhecimento das temáticas e tempo para lidar com este tipo de informação. O profissional tem que deixar de ver a contabilidade como >>>

Fotos: Pedro Aberta







“Há uma crescente consciência social sobre a fiscalidade, os sistemas fiscais, os efeitos do incumpimento e alguns erros que os sistemas ainda têm.”

>>> uma mera ferramenta apenas para o Fisco, mas também para a gestão. É uma nova era da contabilidade. Pressupõe que o contabilista conheça o negócio. Esta é a grande lição que nos dá esta crise.

Mas este não é o único desafio...

É claro que há outros. Os cidadãos, por exemplo, começam a ter outro tipo de exigências. Questionam como é gasto o seu dinheiro e têm toda a legitimidade para fazê-lo. Vão ser eles a exigir, em breve, uma maior organização da causa pública, um maior rigor nas tomadas de decisão, uma maior responsabilização de quem toma as decisões. É uma questão de tempo e de cultura democrática. Este é igualmente um grande desafio para os profissionais da contabilidade.

É também uma oportunidade de melhorar a organização dos serviços públicos e de torná-los mais transparentes.

Sim. Ao contrário do que se pensava noutros tempos, o que é público tem de ser o melhor porque é de todos. Esta transparência e necessidade de

organização rigorosa na Administração Pública vai ser, a curto prazo, uma das bandeiras dos poderes políticos. E vai ser, também, mais um dos grandes desafios da profissão. É um sector em que o apelo ao rigor, à ética e à deontologia tem de ser muito forte para que a implementação das novas regras tenha sucesso. Vejo a contabilidade em Portugal, e no mundo, com perspectivas muito positivas.

Estes desafios aumentam também a necessidade de formação e actualização dos profissionais...

A formação é uma necessidade permanente para manter a qualidade dos profissionais. Esta é uma profissão que exige permanente actualização. Vejo-a com cada vez mais necessidade de formação, com mais necessidade de entrosamento dos profissionais com as empresas e com os empresários.

Que acções tem a Ordem desenvolvido para passar esta mensagem aos profissionais?

A Ordem tem tido uma estratégia que passa por sensibilizar a sociedade

através de conferências e seminários, no sentido de “chocá-la”, para que esta, perante o choque, se confronte com factos que são do seu dia-a-dia. Temos vindo a constatar que há uma crescente consciência social sobre a fiscalidade, os sistemas fiscais, os efeitos do incumpimento e de alguns erros que os sistemas ainda têm, uns por opção e outros por omissão. É, por exemplo, o caso da reforma do IRC, que nitidamente beneficia as grandes empresas. São opções políticas.

Trata-se de fazer pedagogia junto do cidadão?

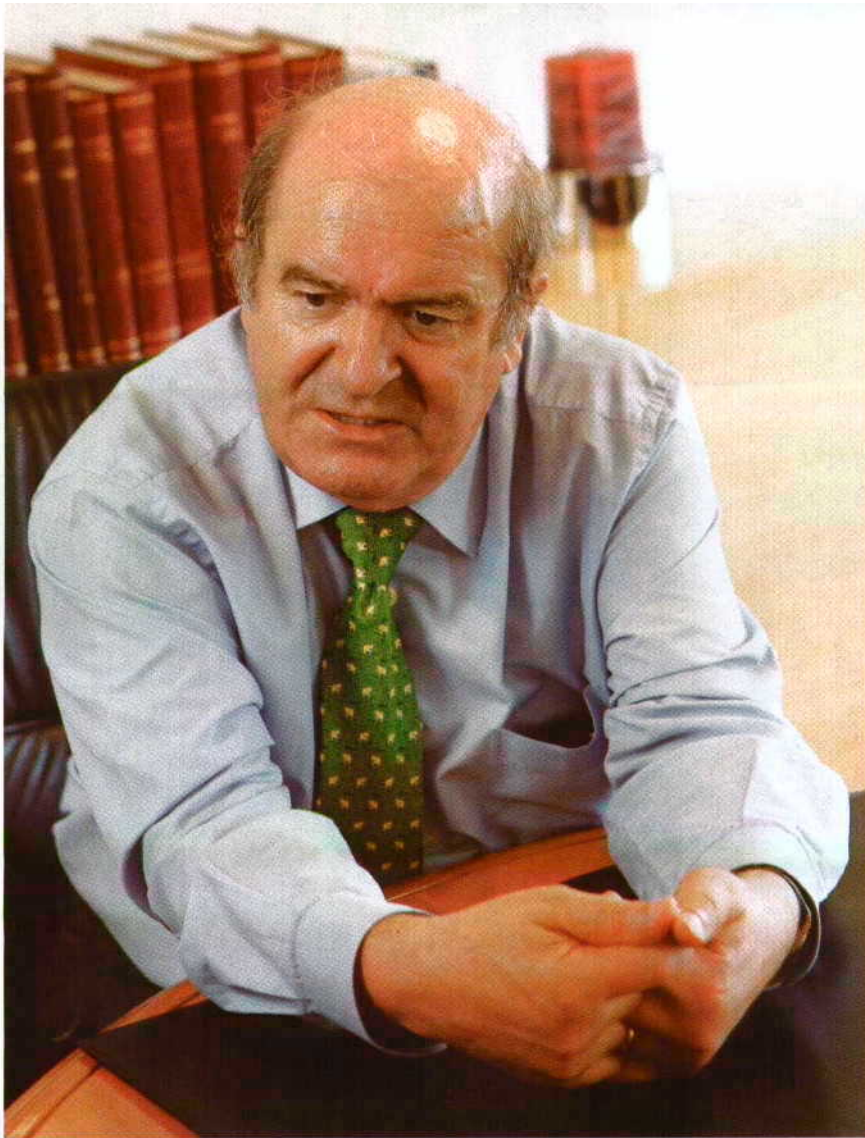
A Ordem organiza estas iniciativas mas sem que se fale muito nela. Tem agido junto de diferentes actores sociais que chegam aos cidadãos. Quanto mais a Ordem aprofundar este papel do desenvolvimento e da criação da consciência fiscal e dos factos fiscais da sociedade, maior consciência terá também da profissão. É uma forma indirecta de falar na profissão. Fazemos ainda encontros com os empresários, por todo o País, perguntamos quais as potencialidades económicas e financeiras daqueles distritos, o que fazem e o que poderiam fazer. A ideia é pô-los a discutir e a avaliar uma questão simples, como as potencialidades económicas das regiões.

Chegam assim a todo o tecido social e empresarial...

Temos um outro programa em que debatemos estes assuntos com as associações patronais, no sentido de as dinamizar, de as sensibilizar para a necessidade de organização e da sustentação das decisões. Tem sido um sucesso em todo o País. Desta forma, os empresários também compreendem melhor o trabalho do TOC e a forma como deve ser elaborado. Acreditamos que continua a ser esta a melhor forma de a Ordem se apresentar, social e publicamente, e de chegar às pessoas.

Qual tem sido o feedback de tudo isto?

Muito positivo.



Transferência de conhecimento é aposta da OTOC

No âmbito da sua política de criação de parcerias e protocolos com entidades representantes de outras áreas de actividade, a OTOC uniu recentemente esforços com a Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal (AMJAFP). “Temos tido uma excelente relação com essa associação, a única que representa os juízes destes tribunais”, afirma António Domingues de Azevedo, bastonário da OTOC.

O objectivo deste protocolo passa, entre outras coisas, pela organização de eventos, colóquios e seminários, nos quais os associados da AMJAFP são convidados a participar e onde se debatem temas relacionados com a contabilidade e a fiscalidade. “Os juízes têm algumas dificuldades em entender muitos deste conceitos pois não é essa a sua formação de base, e estes colóquios ajudam muito”, explica Fernanda Maças, presidente da AMJAFP.

Segundo a presidente da associação que representa estes magistrados, “o juiz está muito sózinho, o que em processos complexos, que envolvem milhões, lhe exige muito estudo de temas que não domina”. Para Fernanda Maças, o ideal seria que o juiz pudesse ter um assessor, especialistas em temas fiscais e contabilísticos, que lhe pudesse dar o apoio necessário. Esta ideia está em discussão e poderá avançar, explica a presidente, caso se verifique não existir impedimento legal.

Para a OTOC, esta parceria permite aos seus membros ter acesso a informação relacionada com as temáticas do direito, também elas muito necessárias no exercício da actividade de Técnico Oficial de Contas. »

Que balanço faz da criação dos Colégios de Especialidade?

Vamos ter, urgentemente, de encontrar alguma mais-valia para os Colégios da Especialidade. É bom, é positivo, mas é preciso que as pessoas sintam que o seu conhecimento tem aplicação. Temos vindo a propor, particularmente aos tribunais, que nas temáticas da fiscalidade e da contabilidade os juízes tenham assessores, especialmente para os tribunais tributários. Propusemos uma reunião com a ministra da Justiça há mais de um mês para discutir este assunto e ainda não obtivemos resposta. Vamos insistir para ver se desbloqueamos este assunto. Não queremos deixar este tema morrer e gostaríamos de continuar a criar interesse em redor dos Colégios de Especialidade. E esse interesse pode vir também de algumas situações que somos capazes de criar. A longo prazo, os Colégios da

Especialidade têm uma outra função. É humanamente impossível, com o rigor que se exige, um profissional abarcar todas as áreas de especialidade relacionadas com uma profissão que caminha, a passos largos, para a complementaridade. Os gabinetes são pluridisciplinares, onde cada profissional desempenha a sua função.

Será esta uma tendência?

Há cerca de oito mil sociedades de contabilidade no País, o que é significativo. Temos vindo a desenvolver esse espírito e pensamos que ele virá para ficar num futuro próximo.

Há também uma tendência para desaparecer o contabilista que trabalha sozinho?

O contabilista que trabalha sozinho não vai desaparecer, mas é muito difícil singrar, especialmente nas grandes cidades. »



ID: 54109411

28-05-2014 | Quem é Quem

Pedro Apertia



06 | ENTREVISTA

António Domingues de Azevedo
bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

“A contabilidade entrou
numa nova era”